Conclusões aprovadas em Sessão Plenária > 3ª Secção

3ª Secção - O Pedido de Justiça e o Procedimento Judiciário

1. Melhorar a qualidade das leis no sentido de acabar com as redundâncias e sobreposições.
2. Promover uma rigorosa uniformização jurisprudencial.
3. Limitar a duração e amplitude das diligências, simplificar e concentrar os actos processuais e implementar um calendário realista e peremptório para a sua prática.
4. Disponibilizar, em tempo real, as actas das audiências.
5. Registrar em suporte áudio e vídeo as audiências e utilizar esses registos em sede de recurso.
6. Rever o regime de litigância de má-fé e actualizar os critérios de cálculo da procuradoria e o regime das custas com vista a uma efectiva responsabilização da parte vencida pelas despesas com o processo.
7. A confissão integral e sem reservas do arguido perante um juiz de instrução criminal, na presença do seu advogado e do Ministério Público, e em qualquer fase do processo, só pode ser valorada em audiência de discussão e julgamento.
8. Deve ser revogado o actual modelo da acção executiva, a qual deve ser integralmente judicializada e a sua regulamentação integrada no Código de Processo Civil.
9. A Ordem dos Advogados, através do seu Conselho Geral, deve diligenciar junto da Presidência da Assembleia da Republica para que as leis sejam devidamente dotadas de preâmbulos, assim contribuindo para que seja facilitada a sua interpretação e melhor conhecido o seu conteúdo.
10. Deve promover-se a alteração legislativa do artigo 89º do CPP, de forma a ser substituída a expressão "as pessoas mencionadas no número um" pela expressão "os mandatários judiciais constituídos e os que exerçam o patrocínio por nomeação oficiosa, das pessoas mencionadas no número um", e que seja expressamente prevista a obrigatoriedade de fundamentação da recusa de "exame gratuito dos autos fora da secretaria", a fim de poder ser aferida a bondade de tal decisão, ainda que "de mero expediente", em prol da justiça que se quer transparente e uniforme.
11. A reforma da acção executiva de 2003 ainda não foi capaz de alcançar os objectivos propostos.
12. O sistema pode ser melhorado se forem adoptadas as seguintes soluções:
 - a. Reforço do papel do juiz no processo executivo, com poder geral de controlo do processo, fazendo depender de decisão judicial actos conexionsados com o princípio da reserva de juiz ou susceptíveis de afectar direitos fundamentais das partes ou de terceiros.
 - b. Evitar que, no âmbito de um contrato de arrendamento (urbano, rural ou florestal), o senhorio tenha de intentar duas acções executivas distintas, permitindo a cumulação da execução para entrega do locado com a execução para pagamento de rendas.

- c. "Consagração da regra de que o agente de execução deverá respeitar as indicações do exequente quanto aos bens a penhorar, salvo se elas violarem normas imperativas ou ofenderem o princípio da proporcionalidade da penhora."
 - d. Simplificação do regime da penhora de rendimentos periódicos, permitindo-se a adjudicação ao exequente das quantias vincendas.
 - e. Evitar a ocultação e o uso do veículo a penhorar, permitindo que a penhora seja precedida de imobilização do veículo e consagrar como regra a sua remoção.
 - f. Fixar como requisitos do agente de execução: licenciatura em Direito ou Solicitoria; exame de acesso; estágio de 10 meses; avaliação final; exigência de estrutura e meios informáticos mínimos e escritório aberto ao público em horário correspondente ao das secretarias judiciais.
 - g. O exercício da função de agente de execução é incompatível com o exercício da advocacia e solicitadoria.
13. Ao fim de 14 anos de vigência do Código de Processo Civil, apesar da mudança de paradigma, que consagrou a chamada concepção social do processo (pondo fim à velha concepção liberal) poucas alterações se notam no quotidiano forense, já que muitas das virtualidades do código, ainda não foram concretizadas ou aproveitadas.
14. O sistema pode ser melhorado se forem adoptadas as seguintes soluções quanto às seguintes matérias:
- a. Audiência sempre gravada.
 - b. Possibilidade de, finda a produção de prova, os debates incidirem sobre a matéria de facto e de direito.
 - c. Sentença sempre elaborada pelo juiz que presidiu à audiência.
15. O regime processual civil experimental não pode eternizar-se, devendo transpor-se para o código as soluções tidas por úteis.
16. Reforço dos quadros especializados dos TAFs concretamente dotando estes Tribunais de um maior número de Magistrados com competências adquiridas na especialidade, assim como Magistrados do Ministério Público.
17. A reforma das leis Processuais Fiscais, no sentido de consignar como regime regra a suspensão da cobrança coerciva da alegada dívida fiscal, não a fazendo depender de prestação de garantia, até que um tribunal de competência especializada decida meritoriamente sobre a pretensão do contribuinte.
18. O limite excessivo da extensão das teses e comunicações empobrece a qualidade das mesmas e, por consequência, o contributo do Congresso para a reforma da Justiça. O Congresso recomenda que, para o futuro, se dê maior largueza à exposição dos temas, limitando isso sim, as conclusões a uma dimensão compatível com os trabalhos do Congresso.